



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011497-57.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **CLEBER FELIPE MOURA ANASTACIO**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**CLEBER FELIPE MOURA ANASTÁCIO**, representado por sua genitora **ALICE MOURA DOS SANTOS**, intentou ação de cobrança de seguro DPVAT em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**. Aduziu que em 12/04/2014 sofreu acidente de trânsito que lhe ocasionou lesões graves, fazendo jus ao recebimento de indenização complementar, já tendo recebido R\$ 7.762,50 pela via administrativa.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 07/30.

Gratuidade deferida à fl. 31.

Em contestação (fls. 36/77), a requerida alegou ausência de laudo do IML, pagamento pela via administrativa e realização de perícia médica ou julgamento antecipado. Impugnou os cálculos.

Réplica às fls. 81/85.

Afastaram-se as preliminares (fl. 86).

Houve pedido de homologação de acordo entre as partes, opinando de forma desfavorável o Ministério Público à fl. 107. Sobreveio decisão postergando a análise do acordo.

A ré, à fl. 148, pediu a "desistência" do acordo entabulado.

Laudo Pericial às fls. 158/165. Manifestação ao Laudo Pericial (fls. 169/172 e 175).

O autor requereu a desistência da ação (fl. 175), contando com a concordância da parte adversa (fl. 179).

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Autos em ordem, com conjunto probatório mais do que suficiente, comportando o julgamento no estado. Inclusive, desnecessária nova oitiva do representante do Ministério Público,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pois, de acordo com o documento de fl. 10, o autor já atingiu a maioridade.

Pois bem, restou evidenciada a debilidade permanente do autor, o que foi constatado pelo laudo pericial de fls. 158/165, que também reconheceu o nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e as sequelas.

Acerca da incapacidade, o perito médico a aferiu em 17,5%, conforme parâmetros legais, devendo ser a indenização proporcional ao grau verificado, e isso levando em consideração o valor máximo para casos semelhantes.

Compulsando os autos, observa-se que o sinistro ocorreu em 12 de abril de 2014.

A lei nº 6.194/74 disciplina a gradação das lesões sofridas para o pagamento do seguro DPVAT, fixando o montante indenizatório em até R\$ 13.500,00 para o caso de invalidez permanente.

Portanto, importa asseverar que a indenização a que faz jus o requerente deve ser calculada conforme a tabela presente no anexo da Lei nº 6.194/74, que fixa o montante indenizatório de acordo com a espécie e gradação das lesões sofridas pelas vítimas de danos pessoais.

O valor, portanto, corresponde a 17,5% (fl. 162) do que seria cabível em caso de invalidez total (R\$ 13.500,00), ou seja, R\$ 2.362,50, quantia bem delineada pelo *expert*.

São despidiendos maiores argumentos para afastar as alegações feitas pelo autor.

Cito ainda:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO. I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. III. Recurso não conhecido. (REsp 1119614/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 31/08/2009, RSTJ vol. 216 p. 537).

Ocorre que o autor já recebeu quantia superior na via administrativa, conforme ele mesmo narrou e comprovou na peça inicial, não havendo, assim, mais nada a receber.

Não se olvida do pedido de desistência do autor, inclusive contando com a aquiescência da ré; porém, estando o feito maduro para julgamento, assim deve ocorrer, ante a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

primazia do julgamento de mérito, hodiernamente consagrada no Código de Processo Civil.

Por fim, o pedido de homologação de acordo realizado entre as partes, restou prejudicado pela desistência da parte ré à fl. 148.

O deslinde é, pois, de rigor.

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa, ressalvado os benefícios da gratuidade.

Arcará o autor com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

Oportunamente, archive-se o feito.

P.R.I.

**MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Juiz de Direito  
 (assinado digitalmente)

São Carlos, 19 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**